

Registo de descrição

Data relatório
2024-06-03

Registo PT/BPARPD/PSS/MEC/0075 - Memória histórica sobre a moeda fraca e a moeda forte nas ilhas dos Açores

Nível de descrição	UI
Código de referência	PT/BPARPD/PSS/MEC/0075
Tipo de título	Formal
Título	Memória histórica sobre a moeda fraca e a moeda forte nas ilhas dos Açores
Datas de produção	1870
Dimensão e suporte	1 liv. (182 p.)
Entidade detentora	Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada
História administrativa/biográfica/familiar	Bernardino José de Sena Freitas [N. S. José, Rio de Janeiro, 1808 ? m. S. Pedro de Maximinos, Braga, 1872] Era filho de José Joaquim da Silva Freitas e Maria Benedita Martinelli. Pouco depois do casamento (Carnaxide, 2.6.1806), seus pais acompanham a fuga de D. João VI para o Brasil e será já na corte portuguesa do Rio de Janeiro que, em 1808, Bernardino José vem ao mundo. Filho primogénito, foi baptizado com o nome de seu avô paterno, Desembargador Bernardino José de Sena Freitas, que, curiosamente, também tinha nascido em terras brasileiras (Minas Gerais, 1745). Seu pai foi Cavaleiro da Ordem de Cristo e Conselheiro de D. João VI, com alvará de Fidalgo da Casa Real desde 18 de Julho de 1803, tendo desempenhado, enquanto oficial das Secretarias de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Marinha e Domínios Ultramarinos, importantes serviços aos interesses açorianos, como o próprio Bernardino José fará questão de sublinhar anos mais tarde, em carta publicada no Annunciador da Terceira (n.º 38, 24.2.1843). Talvez por isso é que no decurso do Vintismo, já depois do regresso da corte a Lisboa, seu pai tenha sido agraciado (entre 1820 e 1825) com a administração dos bens de diversas capelas na ilha de S. Miguel, designadamente a de S. Lázaro em Água d'Alto, Vila Franca do Campo. A vinda de Bernardino José para os Açores, ocorrida após a morte de seu pai, está decerto relacionada com a tomada de posse destes bens (cuja administração tinha sido concedida em três vidas) e data do início da década de 1840, pois o nascimento do seu terceiro filho ? o mais tarde famoso Padre José Joaquim Sena Freitas ? sucede já em Ponta Delgada, a 21 de Julho desse ano. Pouco se sabe da vida do biografado antes da sua vinda para as ilhas. Atendendo às convicções legitimistas da família e ao conturbado período das guerras civis que se sucederam entre 1828 e 1834, viu-se provavelmente arredado de uma carreira no alto funcionalismo do Estado e não teve oportunidade de frequentar os estudos universitários em Coimbra. Casou em 1836 com uma senhora algarvia, da família dos Barões de Rio Zêzere, Maria José Brito Vaz Velho Veloso, residindo ambos em Lisboa antes de rumarem para S. Miguel. A integração de Bernardino José nas malhas estreitas da sociedade micaelense foi caracteristicamente tentada por via das letras, publicando na imprensa textos e estudos sobre a história açoriana que procuravam exprimir, à falta de título de Bacharel, uma respeitável e ilustrada erudição. Só a partir de 1845, quando conseguiu o patrocínio do Barão das Laranjeiras para a publicação da Viagem ao Vale das Furnas, é que o seu nome passou a conhecer algum eco no meio local. Aproveitando a circunstância de uma demorada estada em Lisboa no ano de 1844 (em que, sucessivamente, lhe nasceu uma filha, morreu a mulher e casou segunda vez, com Mariana D'Arrábida Anta do Carmo Amaral), Bernardino José acompanhou de perto nos prelos da Imprensa Nacional a esmerada edição de um livro cujo requinte gráfico, valor literário, erudição histórica e (até) interesse patriótico, projectará definitivamente o seu estatuto de letrado na sociedade açoriana. Contudo, a crispação política e social que se viveu em S. Miguel durante a Maria da Fonte e a Patuleia, bem assim como a subsequente vinda de António Feliciano de *Castilho para Ponta Delgada em 1847, roubaram-lhe um protagonismo literário e intelectual que, doutro modo, talvez lhe estivesse reservado. De qualquer forma, assinala-se a sua prolixa colaboração nos periódicos micaelenses durante a década de 1845-1855, publicando em praticamente todos eles textos de cariz histórico local, ao mesmo tempo que levava a cabo pesquisas nos arquivos municipais e paroquiais a coberto do seu recente estatuto de Académico «provincial» açoriano. Com efeito, Sena Freitas foi eleito «sócio provincial» da Real Academia das Ciências a 28 de Julho de 1853 e, procurando transpôr para os Açores o esforço de reabilitação historiográfica e arquivística então iniciado por Herculano na (2.ª) Classe de Letras, propõe-se levar a cabo diversos projectos de inventariação, sistematização e edição de fontes documentais açorianas que, não obstante as boas intenções, traduzem alguma dose de diletantismo intelectual. A título de exemplo, veja-se o seu malogrado propósito de publicar as Crónicas de Frei Agostinho Mont?Alverne, de cujo manuscrito original se teria apoderado indevidamente e que só em 1862, depois de passar pelas mãos de José de Torres, é restituído à Biblioteca Pública de Ponta Delgada. Este episódio, embora não faça justiça aos seus méritos de investigador, explica sem dúvida o ostracismo a que progressivamente foi votado em S. Miguel e a correspondente deslocalização (a partir de 1853) das suas actividades para a ilha Terceira onde, de resto, mantinha com António Moniz Barreto *Corte-Real animada correspondência literária e erudita (desde 1842) nas páginas do *Anunciador da Terceira. Será em Angra do Heroísmo, fazendo-se valer da sua alegada amizade e influência junto do Paço Episcopal, que Sena Freitas acabará por dar

	uma expressão mais cabal à missão que se tinha proposto realizar como Académico nos arquivos insulares, recebendo do Governo Civil a incumbência (em 1854) de organizar o arquivo das repartições extintas que se encontrava amontoado numa sala do Hospital da Misericórdia de Angra. Levou a bom termo esta tarefa e publicou o seu respectivo Relatório em 1856 onde faz interessantes observações sobre os arquivos e a memória local que, a par dos textos de José de Torres sobre «História dos Açores. Necessidade e modo de a escrever», merecem ser classificados como percursos da moderna historiografia açoriana que virá a tomar forma na geração seguinte. À margem destes seus trabalhos arquivísticos, mantinha acesa presença literária e ideológica na imprensa periódica, dirigindo o conservador *Catolico Terceirense, onde procurava tutelar doutrinariamente o clero local e difundir posições políticas legitimistas, o que lhe valeu uma série de devastadores artigos anónimos publicados no jornal Pobres na Terceira em 1857 que, sob a epígrafe «Elle...», retratam Sena Freitas como homem dissoluto, intelectual de salão e profissional do plágio. O mau ambiente gerado por estes textos era já o prenúncio da sua partida definitiva dos Açores, fixando-se na região de Braga a partir de 1860, onde viveu os últimos anos da vida fiel às suas convicções católicas e conservadoras. Em 1872, quando morreu, foram raros os periódicos açorianos que dedicaram duas linhas à notícia do seu óbito. A sua memória, como muitas outras, ainda não foi verdadeiramente resgatada do silêncio historiográfico que sobre ela pesa. Deixou um legado que enriqueceu bastante a bibliografia açoriana, parte do qual disperso em jornais e revistas de que era colaborador, como o Philologo, Revista dos Açores, Revista Universal Lisbonense, *Agricultor Michaelense, *Annunciador da Terceira, *Correio Michaelense e *Catolico Terceirense, para só referir alguns periódicos e, além do mais, resta ainda inédito um número significativo de manuscritos seus nas Livrarias de José e Ernesto do Canto (BPARPD), alguns deles integrados na colecção Variedades Açorianas de José de Torres. Carlos Guilherme Riley http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=7196 (disponível em 24 fev. 2016)
História custodial e arquivística	Segundo uma nota de EC, o original encontrava-se com Francisco Maria Supico. Esta cópia, extraída do original, custou 12 mil réis (Extratos de documentos micaelenses, vol. 3, p. 111).
Âmbito e conteúdo	Trabalho da autoria de Bernardino José de Sena Freitas que abarca o período compreendido entre 1493 e 1834, refere crises monetárias, medidas legislativas e a emissão de papel-moeda insular.
Cota atual	75 Dep. 2, 354/1
Cota antiga	Ms 158
Tipo u.i.	Livro
Notas de publicação	Error: Subreport could not be shown.